

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2015

Atos praticados pelos gestores abaixo:

DIRETORIA EXECUTIVA

José dos Santos Freire Júnior
Diretor – Presidente

Maurílio Ricardo Araujo de Lima
Diretor Operacional
Diretor Administrativo-Financeiro em Exercício

CONSELHO FISCAL

Joaquim de Sena Balduino
Presidente

Sérgio Rodrigo do Vale
Membro

Vagner Borges
Membro

Jax James Garcia Pontes
Suplente

Ismarlei Vaz da Silva
Suplente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José dos Santos Freire Júnior
Presidente

Herbert Brito Barros
Vice - Presidente

Francisco Tadeu Sant'anna Jardim
Membro

*Este Relatório de Gestão foi elaborado
em conformidade com as orientações da
Instrução Normativa do TCE/TO n.º. 006,
de 25 de junho de 2005,
Regimento Interno do TCE/TO,
aprovado pela Resolução Normativa n.º. 002,
de 04 de dezembro de 2002, e
Lei Orgânica do TCE/TO n.º. 1.284,
de 17 de dezembro de 2001.*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1. IDENTIFICAÇÃO	6
2. RESPONSABILIDADE SOCIAL	7
3. PLANO DE TRABALHO 2015/2016	7
3.1. Introdução	7
3.2. Estratégia de Atuação	9
3.3. Ações Prioritárias	9
3.4. Estrutura organizacional.....	10
Quanto à Função dos Órgãos Colegiados da Administração:	10
3.5. Capital Social.....	13
3.6. Política de Crédito.....	13
4. INDICADORES DE GESTÃO POR ÁREAS.....	13
4.1. Tecnologia da Informação - TI	13
4.2. Coordenadoria Administrativa	15
4.2.1. Desenvolvimento Humano	15
4.3. Comunicação e Marketing	17
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - DADOS IDENTIFICADORES DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	6
QUADRO 2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	11
QUADRO 3 - DEMONSTRATIVO DE COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL.....	13
QUADRO 5 - DEMONSTRATIVO DAS DOAÇÕES	16
QUADRO 11 – RECEITAS ORÇADAS X REALIZADAS	26
QUADRO 12 – DESPESAS ORÇADAS X REALIZADAS.....	27
QUADRO 13 – INVESTIMENTOS ORÇADOS X REALIZADOS.....	29

APRESENTAÇÃO

Este relatório é peça obrigatória do processo de prestação de contas anual e tem por objetivo descrever as metas estabelecidas, ações realizadas e resultados alcançados ao longo do exercício 2015, além dos meios orçamentários, financeiros, patrimoniais e logísticos utilizados para o cumprimento dos objetivos institucionais.

O conteúdo mínimo do Relatório de Gestão encontra-se disciplinado por Decisões Normativas do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

1. IDENTIFICAÇÃO

QUADRO 1 - Dados Identificadores da Unidade Jurisdicionada

Nome completo e sigla	Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A.
Natureza jurídica	Sociedade Anônima de Economia Mista de Capital Fechado.
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional	A Agência de Fomento foi criada através da Lei nº 1.298, de 22/02/2002, com alterações introduzidas pela Lei nº 1.628, de 5/12/2005, tendo sido instalada em outubro de 2005. Seu Estatuto Social foi aprovado em Assembléia Geral, tendo passado posteriormente por alterações de diversos atos.
CNPJ	05.474.540/0001-20
Endereço completo da sede	Quadra103 Sul, Rua do Pedestre SO 09 Conj 03 Lote 04 - Plano Diretor Sul – Palmas/TO CEP: 77.015-032 Fone: (63) 3220-9800 (63) 3220-9820
Endereço na internet	www.fomento.to.gov.br
Situação	Em funcionamento. Autorizada pelo Banco Central do Brasil.
Função de governo predominante	Financiar projetos de desenvolvimento, podendo firmar convênios com instituições de pesquisa, nacionais, internacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas, e fazer empréstimos com recursos próprios e de repasses.
Tipo de atividade	Agência de Fomento (Instituição financeira não bancária).

2 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Agência de Fomento é uma instituição financeira não bancária, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, que atua sob a supervisão do Banco Central do Brasil e rege-se através da Lei das Sociedades Anônimas, por seu Estatuto Social e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. Foi criada em 2002 pela Lei Estadual nº. 1.298 e tem como acionista majoritário o Estado do Tocantins.

Inaugurada em Outubro de 2005, a Agência de Fomento, em parceria com o Governo do Estado, tem mantido sua missão de participar ativamente do desenvolvimento sustentável do Estado do Tocantins, viabilizando o apoio a investimentos que geram renda, emprego e competitividade nos diversos setores produtivos da economia local, incentivados pelo crédito diferenciado e impulsionando a instalação e a manutenção de negócios no Estado, em consonância com o Plano de Governo e com as necessidades e potencialidades locais.

O cumprimento da missão por meio da realização das ações de crédito é o grande desafio da Instituição, sendo estas pautadas em um tripé que deve ser a base de todos os negócios e atividades implementadas, a saber: desenvolvimento econômico, responsabilidade social e consciência ambiental.

3 PLANO DE TRABALHO 2015/2016

3.1 Introdução

O Estado do Tocantins, embora tenha reconhecidamente um enorme potencial econômico, representado pela sua posição geográfica privilegiada, que permite a montagem de uma logística de transportes com vantagens competitivas não só para o Estado, mas sobretudo para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e para o país, em termos de viabilização do Corredor Centro Norte de Exportação; apresenta, ainda, os piores indicadores econômicos e sociais do país, ao lado de estados como o Acre, Amapá e Roraima; em razão principalmente da falta de infraestrutura em todas as áreas e setores, principalmente nos setores de transportes, energia, saúde e saneamento, segurança, agricultura e indústria.

Diante desse quadro o atual Governo priorizou ações emergenciais de curto prazo, como a reorganização administrativa em busca da governabilidade, e as destinadas à solução de problemas nas áreas de saúde, segurança e educação. Ao mesmo tempo está buscando recursos para complementar a infraestrutura básica e viabilizar o aumento da produção, da produtividade agropecuária e do agronegócio e o incentivo à industrialização, tendo como orientação básica a geração de emprego e o aumento da renda. Como estratégia está buscando a aproximação das ações de governo com a população e incentivando o desenvolvimento regional, com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais e sociais.

Por outro lado, o objeto social da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A., segundo o seu Estatuto, é o financiamento de projetos de desenvolvimento que promovam benefícios econômicos e sociais às áreas de sua influência, em consonância com o Plano de Governo e com as necessidades e potencialidades locais, observadas as seguintes Diretrizes Gerais:

- I. identificar, estimular, potencializar ou criar vantagens competitivas para o Estado, de forma a atrair novos investimentos, manter e valorizar os existentes e preservar de forma persistente a capacidade de desenvolvimento do Tocantins;
- II. desenvolver, dentre outras ações, programas de recuperação de setores, atividades econômicas e empresas baseados no Tocantins, de modo a devolver-lhes condições de crescimento e competitividade, contribuindo para a sua permanência e prosperidade;
- III. desenvolver ações que abranjam todo o território do Estado, com ênfase especial para as áreas deprimidas e de ocorrência de problemas climáticos, adotando soluções que permitam não apenas

a convivência com esses problemas, mas principalmente a sua utilização como vantagem competitiva;

- IV. apoiar a implementação de projetos que deverão, necessariamente, gerar benefícios diretos e mensuráveis para o Estado e sua população, atendendo, no mínimo, aos requisitos de promoção de empregos dignos e renda justa para os trabalhadores e produtores, melhoria da qualidade de vida, saúde, educação, cultura, capacitação e elevação auto estima das populações, preservação, recuperação e valorização do ambiente, bem como cumprir a responsabilidade social que lhes é inerente;
- V. deverão ser priorizados os empreendimentos cujo valor agregado permaneça o máximo no Estado, sejam voltados para os requisitos de qualidade, produtividade, tecnologia e modernização, aproveitando e desenvolvendo os potenciais de recursos humanos, naturais e institucionais do Tocantins e contribuam para acelerar o crescimento econômico de sua área de atuação, voltados preferencialmente para:
- o setor agropecuário, industrial, comercial e de serviços, com destaque às micro, pequenas e médias empresas;
 - a instalação de empreendimentos pioneiros com processo de produção simples e que substituam as importações estaduais, e os que utilizem matéria-prima local;
 - a ampliação da oferta de energia elétrica;
 - a construção e ampliação de armazéns, silos e frigoríficos;
 - o desenvolvimento do turismo;
 - a exploração sustentável dos recursos naturais;
 - a constituição e ampliação de empresas privadas para exploração de serviços de utilidade pública;
 - outros serviços de interesse público estadual.

Ainda segundo o seu Estatuto Social a Agência poderá desenvolver, direta ou indiretamente, as seguintes funções e atividades, dentre outras compatíveis com seu objeto social:

- identificação, criação e estimulação de vantagens competitivas e oportunidades de investimento no Estado, envolvendo:
 - diagnósticos e estudos globais, setoriais e espaciais;
 - levantamento, cadastramento e sistematização de projetos de interesse do Estado;
 - elaboração de perfis e projetos que possam ter por base o território do Tocantins;
 - outras atividades de estudos, pesquisas e projetos, enquadradas no objeto social.
- promoção de investimentos, para a atração de empresas e negócios para o Estado, abrangendo:
 - identificação de investidores potenciais, no Estado, no País e no Exterior;
 - articulação com outros órgãos para a criação de atrativos locais;
 - divulgação das oportunidades de investimento, fazendo-o no Estado, no País e no Exterior, devendo, para tanto, utilizar-se dos recursos mais modernos e eficazes;
 - negociação com investidores, para a viabilização dos investimentos no Estado;
 - criação de facilidades para a instalação dos empreendimentos;
 - prestação de serviços de apoio empresarial, em articulação com os demais órgãos públicos e privados, tais como centrais de negócios, montagem e operação de bolsas de equipamentos, materiais e resíduos industriais, incentivo à formação de cooperativas e associações, e outros serviços que sejam considerados importantes para promover a atração de empresas e o incremento de negócios;
 - outras atividades caracterizadas como promoção de investimentos.
 -
- recuperação, reabilitação, viabilização e financiamento de empreendimentos, compreendendo:

- a. elaboração e execução de planos e projetos para recuperar setores deprimidos, abrangendo, de preferência, toda a cadeia produtiva relacionada com o setor em questão;
- b. outras atividades de viabilização e financiamento de empresas, dentro do objeto social.

3.2 Estratégia de Atuação

A atuação da Agência, como partícipe do processo de desenvolvimento do Estado, deve ser coerente com as prioridades do Governo e levará em conta, por um lado, o desenvolvimento regional, com ênfase nas Regiões mais carentes, com vistas à redução do desequilíbrio inter-regional; e por outro o aproveitamento do potencial de desenvolvimento das seguintes áreas, segmentos e investimentos:

- a) Recuperação econômica da região do antigo PRODECER;
- b) Consolidação dos Projetos de Irrigação de Manoel Alves, Gurita, São João e Sampaio;
- c) Desenvolvimento das áreas de influência das barragens de Lajeado, Estreito, Peixe e São Salvador;
- d) Desenvolvimento da área de influência da Ferrovia Norte Sul, com ênfase nas Plataformas Multimodais;
- e) Desenvolvimento da área de influência da Hidrovia do Rio Tocantins – Trecho Peixe/Aguiarnópolis;
- f) Consolidação das Cadeias Produtivas identificadas.

3.3 Ações Prioritárias

a) Organização Interna

- a. Concepção e implantação de nova estrutura administrativa;
- b. Seleção e lotação de pessoal, Capacitação e Reciclagem;
- c. Concepção e implantação da infraestrutura e estrutura de TI;
- d. Concepção e implantação do Sistema de Controle;
- e. Concepção e implantação do Sistema de Comunicação Interna e Externa;

b) Elaboração dos Termos de Referência dos seguintes objetivos e metas:

- a. Aumento da Produção e da Produtividade agropecuária;
- b. Industrialização e Agronegócio;
- c. Agricultura de Baixo Carbono;
- d. Interiorização do desenvolvimento (proximidade com o Cidadão)
- e. Desenvolvimento de Regiões carentes;
- f. Empreendedorismo e geração de renda;
- g. Apoio aos setores prioritários (saúde, educação e segurança);
- h. Geração de Energias alternativas (solar, eólica, biomassa);
- i. Eletrificação rural;
- j. Consolidação dos Projetos de irrigação;
- k. Comercialização e armazenagem;
- l. Consolidação do ecoturismo;
- m. Projetos de tecnologia e inovação;
- n. Viabilização das chamadas Cadeias Produtivas já identificadas.

c) Definição de Parcerias com as seguintes Instituições:

- a. SEBRAE – SESI – IEL;
- b. MUNICÍPIOS e ASSOCIAÇÃO TOCANTINENSE DE MUNICÍPIOS (ATM);
- c. BANCO DA AMAZÔNIA S.A. – BASA;
- d. SUPERINTENDÊNCIA DA AMAZONIA – SUDAM
- e. FEDERAÇÕES – INDÚSTRIA, COMÉRCIO E AGRICULTURA;
- f. SECRETARIAS – SEPLAN, SEAGRO, SEDETUR, SECOM, SESAU, SEDUC, CIDADES, SEINFRA;
- g. RURALTINS E NATURATINS
- h. CELTINS E SANEATINS;
- i. BNDES, BB, MCTI, FINEP, MDIC, EMBRAPA, ELETROBRAS, MAPA, M da PESCA;
- j. BANCOS COMERCIAIS
- k. AGÊNCIAS DE FOMENTO DE OUTROS ESTADOS;
- l. CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (SEDETUR);
- m. ORGANISMOS INTERNACIONAIS.

d) Negociação de Recursos e Elaboração dos projetos respectivos;

- a. Aporte de Capital de R\$ 15.000.000,00 (já inserido na Lei Orçamentária);
- b. Banco da Amazônia S.A (Proposta já encaminhada);
- c. Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP (Recurso já autorizado – aguardando treinamento por parte da FINEP);
- d. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (Proposta já encaminhada – aguardando avaliação dos técnicos do BNDES);
- e. Fundo Estadual de Desenvolvimento da SEDETUR;
- f. Ministério da Pesca e Aquicultura;
- g. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI;
- h. Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA;
- i. Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM;
- j. Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa – SEBRAE (convênio já firmado – FAMPE já esta sendo utilizado);
- k. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

e) Concessão de empréstimos;

f) Realização de Cobrança;

g) Recuperação de Dívidas atrasadas;

h) Acompanhamento da execução dos empreendimentos financiados.

3.4 Estrutura organizacional

Quanto à Função dos Órgãos Colegiados da Administração:

ASSEMBLÉIA GERAL - é o órgão superior da sociedade, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social e tomar as providências que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

CONSELHO FISCAL – COFIS - com funcionamento permanente, compõe-se de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, pessoas naturais, acionistas ou não, residentes no País, diplomados em curso de nível superior ou que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro-fiscal, eleitos pela Assembléia Geral para um mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONAD - é composto de 5 (cinco) membros efetivos, residentes no País, eleitos pela Assembléia Geral para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. Fica assegurado que os Acionistas Minoritários terão o direito de eleger um Conselheiro.

AUDITORIA INTERNA – AUDIN - tem como missão assessorar a Administração da Instituição no desempenho de suas funções e responsabilidades, verificando a correta aplicação do capital, através de uma fiscalização transparente.

DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX - é o órgão colegiado encarregado da condução dos objetivos sociais e da prática dos atos necessários ao adequado funcionamento da Agência, sendo composta por três (três) membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração para os cargos de Diretor-Presidente, Diretor Operacional e Diretor Administrativo-Financeiro, com mandato de 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

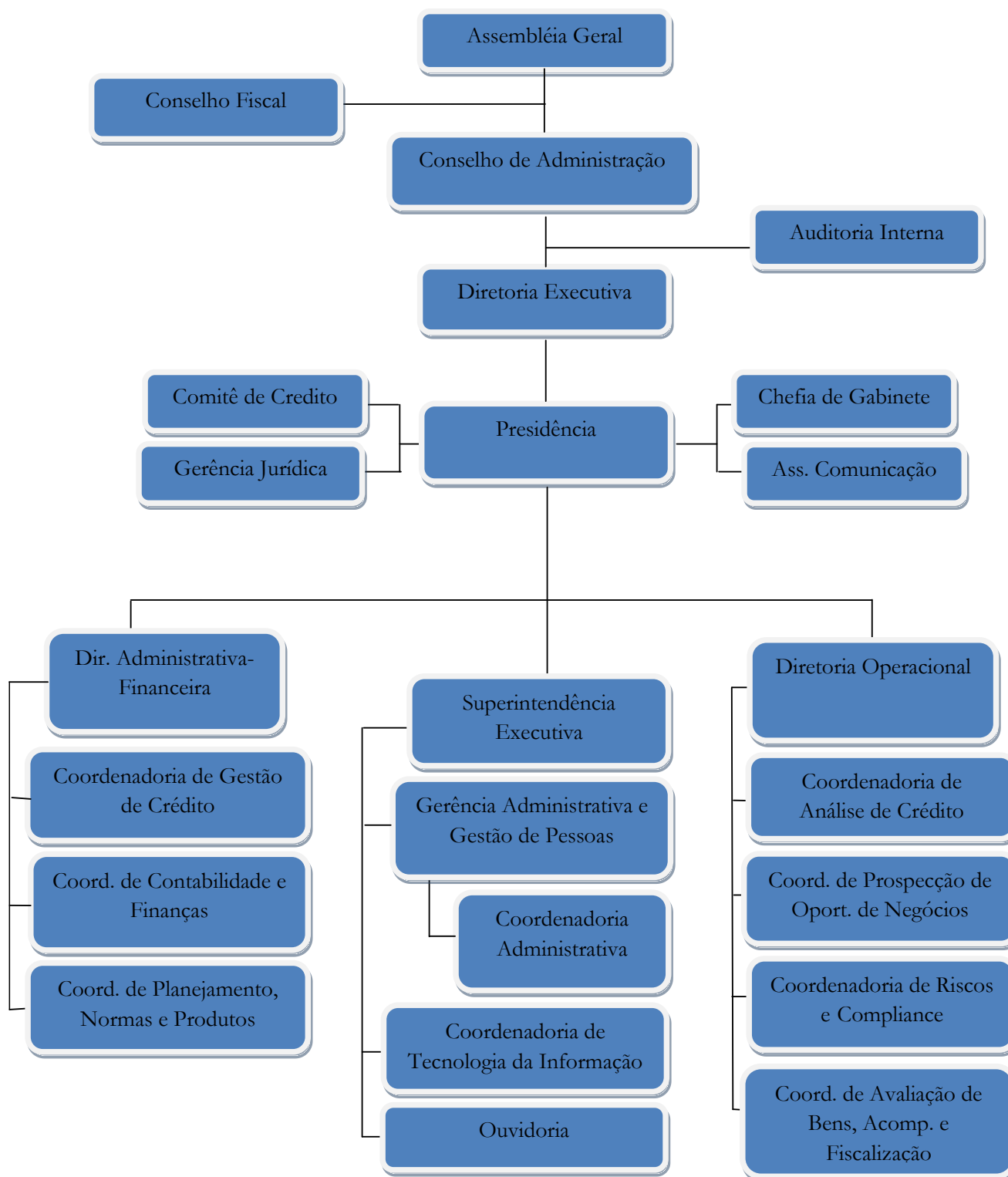
PRESIDÊNCIA – PRESI - Supervisiona e dirige os negócios da Agência, representando-a em juízo ou fora dele.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA – DIRAF - é a diretoria responsável pela Coordenação do Programa, bem como por administrar as atividades de Gestão do Crédito, da Área Contábil e Financeira da Instituição.

DIRETORIA OPERACIONAL – DIROP - É a diretoria responsável pela prospecção, concessão e fiscalização do crédito e, também, é a diretoria responsável por administrar as atividades de Gestão de Riscos e Controle Interno.

Destarte, a Fomento encerrou o ano de 2015 com uma estrutura organizacional distribuída, conforme apresentado no QUADRO 2, traduzindo a visão de transversalidade das ações sem perda da necessária segregação de funções, que evita o conflito de interesses entre as áreas. Ficando distribuída, conforme a seguir:

QUADRO 2 - Estrutura Organizacional



3.5 Capital Social

O Capital Social, autorizado para a Agência de Fomento é de R\$ 100.000.000,00, sendo integralizado o valor de R\$ 26.823,127,62 (vinte e seis milhões, oitocentos e vinte e três mil, cento e vinte e sete reais e sessenta e dois centavos) o qual tem como objetivo a promoção do desenvolvimento regional e a ampliação do apoio creditício aos projetos de desenvolvimento localizados no Tocantins.

QUADRO 3 - Demonstrativo de Composição do Capital Social

ACIONISTAS	TIPO DE AÇÕES	% PARTIC.	QTDE DE AÇÕES	VALOR DE AÇÕES (em R\$)	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL INTEGRALIZADO
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS	O.N.	99,4	5.964.000	26.662.188,84	26.662.188,84	26.662.188,84
SINDUSCON	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	26.823,13
FIETO	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	26.823,13
FAET	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	26.823,13
FECOMÉRCIO	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	26.823,13
FACIET	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	9.682,89
SICON	O.N.	0,1	6.000	26.823,13	26.823,13	9.682,89
TOTAL DE AÇÕES		100	6.000.000	26.823.127,62	26.823.127,62	26.788.847,14

3.6 Política de Crédito

Almejando um alinhamento com as políticas públicas do Governo do Estado, além de agir em conformidade com a sua natureza e com as exigências do Órgão Regulador, a Agência de Fomento tem buscado o alinhamento dos produtos de crédito e dos programas oferecidos com as diretrizes do Governo, com a missão de contribuir para o fomento das atividades estratégicas para o desenvolvimento do Estado.

Importante destacar o enfoque qualitativo que a Administração buscou agregar a todas as atividades, em especial às atividades envolvidas com a concessão e prospecção de operações de crédito. Por conseguinte, a atual gestão tem sido categórica na segregação de atividades como Cadastro, Análise, Classificação de Riscos e Gestão do Crédito, bem como tem buscado dar maior transparência e desburocratizar procedimentos por meio da transversalidade entre as áreas e a reformulação de processos e normativos internos. Isto, sem ignorar a segurança necessária e a obtenção de resultados quantitativos e qualitativos.

4 INDICADORES DE GESTÃO POR ÁREAS

4.1 Tecnologia da Informação - TI

Integração e gestão de recursos de hardware e software destinados à captura, processamento, armazenamento e comunicação de dados, visando automatizar a produção e a gestão das informações que compõem o papel primordial da Coordenadoria de Tecnologia da Informação, que mantém recursos tecnológicos que representam o melhor custo-benefício para a Instituição.

A Coordenadoria de Tecnologia da Informação monitorando tráfegos de rede, transferência de arquivos, ociosidade de serviços e acessos, propiciando assim estatísticas e estudos de incidências na rede. Também

continua o atendimento de prontidão a quaisquer problemas referentes a terminais de trabalho ou a sistemas operacionais com mau funcionamento, proporcionando um ambiente retilíneo em suas ações.

Na previsão contida em relatório anteriormente foi cumprido a priori a instalação em cabeamento lógico da nova sede, a qual demandava maior urgência e contingência de recursos, onde as demais metas propostas foram arremetidas para o ano subsequente, aja vista que com tais demandas surgiram metas subsequentes a esta migração contidas abaixo neste relatório.

No ano de 2015 foram solucionados problemas estruturais e implementados diversos novos serviços, tais como:

- Implantação de nova Telefonia Fixa com Tecnologia Tronco digital - Voip E1 com Aparelhos IP;
- Instalação de Novo cabeamento lógico com mais de 300 pontos, instalação, identificação, montagem de Hacks, Adaptação de infra-estrutura Elétrica, Criação de Projeto de Migração e Construção de novo Pack tecnológico nas novas Instalações de nossa Agencia de Fomento.
- Instalação de Cabeamento para espera de câmeras;
- Instalação de novos Switch de conexão de fio na modalidade wifi;
- Instalação e migração de novo Banco de dados em maquina apos defeito de servidor antigo;
- Instalação, migração e atualização de novo Site de nossa Agencia de fomento;
- Atualização em sistema interno intranet;
- Instalação de Firewall Pfsense nos é pra Já Araguaina e Gurupi;
- Implantação e migração de email prestadora de serviço Gmail para solução oupen sources Zimbra;
- Monitoramento do servidor Proxy Squid com controle de Usuários;
- Aquisição de Novas Impressoras;
- Aquisição de Suprimento de Impressão para ano de 2015;
- Aquisição de 5 novos computadores para supri déficit;
- Implantação e migração do serviço de internet dedicada de 4 para dois links de 15 MB;
- Monitoramento do serviço de Vpn para conexões externas (BRD, Araguaina e Gurupi);
- Monitoramento e manutenção do Sistema de Ponto Eletrônico;
- Monitoramento e manutenção de Sistema de Recursos Humanos;
- Doação de equipamentos inservíveis para entidade filantrópica;

Para 2016 está previsto um investimento na troca de todos os computadores que se encontram defasados para os serviços de Agência, bem com softwares de antivírus para toda Instituição, a troca do sistema operacional para todos os computadores e servidores, também esta previsto a aquisição de novos equipamentos de monitoramento de segurança e acesso na Instituição. No planejamento está previsto um novo equipamento de contingência de dados para conseguir com maior segurança conter todos as informações inerentes ao serviço e redundância de dados. A partir de cursos previstos para os colaboradores desta Coordenadoria, estão previstos um melhor monitoramento dos serviços de correio eletrônico, atualização e criação de novas paginas web, gerando melhor transparência nas informações e economicidade para Instituição. Em relação ao banco de dados que hoje é contido pela plataforma Oracle, esta Coordenadoria prevê melhorar ainda mais os sistemas de copia de segurança (Backup) e seu retorno após crise (Restore), validando em ambiente de homologação, mensalmente, para garantir a integridade das informações contidas no mesmo.

4.2 Coordenadoria Administrativa

4.2.1 Desenvolvimento Humano

A atual administração buscou estabelecer um compromisso com a força de trabalho, baseando-se no respeito mútuo e numa comunicação aberta, na tentativa de estabelecer o envolvimento dos clientes internos e externos.

- **Gestão de Pessoas**

A Gestão de Pessoas na Agência de Fomento é orientada para a missão de criar condições favoráveis a um ambiente de trabalho que estimule o desempenho dos empregados, assegurando o envolvimento e o comprometimento com os resultados empresariais desejados. O ano de 2015 consolidou avanços na visão empresarial da gestão de pessoas com o alinhamento de atividades e projetos de recursos humanos. O foco nos resultados se dá, portanto, pelo alinhamento de práticas que visam o fortalecimento da relação empresa x funcionário.

As iniciativas de desenvolvimento humano no ano focalizaram, prioritariamente, a preservação da competência técnica dos empregados e o aprimoramento dos instrumentos e práticas de gerenciamento da força de trabalho. Em decorrência da alteração de responsabilidade sobre a área, os instrumentos e práticas de recursos humanos também estão sendo revisados para contemplar uma visão mais ampla na gestão de pessoal.

- **Capacitação**

Ao longo do ano 2015, a Instituição capacitou 35% do quadro de pessoal. Estas oportunidades foram distribuídas em cursos externos. Assim, foram realizados treinamentos técnicos em áreas específicas com foco no cumprimento dos normativos do Órgão Fiscalizador.

- **Qualidade de Vida no Trabalho**

Em 2015 manteve-se o processo de desenvolvimento de programas de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) na Agência de Fomento, por meio de ações tais como:

- a) **Integração:** foram realizados momentos de integração de modo a interferir positivamente no clima organizacional, promovendo melhorias nos relacionamentos interpessoais. Houve por exemplo, a promoção de comemorações em dias como Dia das Mães uma homenagem às funcionárias que são mães e no mês de agosto uma homenagem aos pais.

- **Natal Solidário 2015**

A Campanha Natal Solidário é uma ação anual realizada pela Agência de Fomento com a participação ativa de seus colaboradores por meio de arrecadação de

donativos para beneficiar pessoas ou organizações carentes. Esta campanha vem sendo realizada desde 2008, com a participação de parceiros, clientes e amigos.

No ano de 2015 a Agência de Fomento, pelo projeto “Natal Solidário”, teve, novamente, a participação dos colaboradores do IGEPREV que arrecadaram donativos com o mesmo objetivo.

QUADRO 4 - Entidades Beneficiadas

ENTIDADES	ATUAÇÃO	LOCAL
Abrigo João XXIII	Acolhe idosos e pessoas com necessidades especiais,	Porto Nacional
Casa de Recuperação e Reeducação – CRER	Entidade filantrópica que acolhe e cuida de pessoas usuárias e dependentes químicas	Palmas
Comunidade Santo Antonio	Entidade filantrópica que auxilia na evangelização cristã e apoio aos mais carentes	Palmas
Projeto Premissas	Ajuda famílias de baixa renda e atua na evangelização	Palmas
Mão no Arado	Atende voluntariamente a famílias carentes nas ARNOS	Palmas
Casa de Marta	Atende adolescentes grávidas carentes	Palmas
Prontos para Voar	Ação social que auxilia crianças carentes	Palmas
Fazenda Esperança	Acolhe dependentes químicos	Lajeado
Lar Batista	Acolhe e evangeliza adulto e crianças carentes	Porto
Vicentinos	falta	Palmas
Seja	Orienta e dá cursos a crianças e adultos carentes	Palmas
ABAVI	falta	Palmas
Creche Comunitário Monte do Carmo	Atende crianças de 6 meses à 6 anos de idade	Taquari,

Arrecadação de Donativos – Alimentos, Produtos de limpeza, roupas, calçados, fraldas geriátricas, lençóis, toalhas, brinquedos, Livros Infantis e outros.

QUADRO 5 - Demonstrativo das Doações

QUANTIDADE	ITEM
264	CESTAS BÁSICAS DE ALIMENTOS
491	CESTAS DE PRODUTOS DE LIMPEZA
122	PACOTES DE FRALDAS GERIÁTRICAS
7.376	PEÇAS DE ROUPAS
506	PARES DE CALÇADOS
45	KIT DE HIGIENE
352	BRINQUEDOS
1.422	LIVROS INFANTIS
32	DOAÇÃO DE SANGUE

4.2.2 Patrimônio – Almoxarifado – Transporte

- **Patrimônio**

O patrimônio teve seu inventário no primeiro e segundo semestre, com todos os termos de responsabilidade assinados por todos os coordenadores de áreas. Em Agosto de 2015, foi realizada a aquisição de móveis para compor a nova estrutura da Agência de Fomento do Estado do Tocantins.

- **Transporte**

No segundo semestre ocorreu à baixa do veículo L200 Outdoor, de patrimônio nº 000029. O veículo foi enviado para leilão conforme processo nº 098/2015/Gerência Administrativa. Os veículos pertencentes à Frota oficial da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A foram revisados duas vezes cada um, durante o ano de 2015, conforme a tabela de revisões de seus fabricantes.

- **Almoxarifado**

O almoxarifado teve duas conferências durante o exercício, uma em cada semestre. As requisições foram atendidas duas vezes por semana, confirmando um maior controle nas saídas dos materiais. Conforme os métodos adotados por essa Coordenadoria, foi realizada uma compra para reposição de estoque anual, garantindo ter sempre materiais em boas condições e dentro de seus prazos de validade.

4.3 Comunicação e Marketing

A comunicação institucional é um ativo importante dentro de uma instituição. Dentro dessa premissa, esta área manteve-se atuante na divulgação das ações realizadas pela Instituição no ano de 2015, ações estas, parametrizadas com a Secretaria de Comunicação do Estado. Para isso, foram realizadas atividades envolvendo:

4.3.1 Eventos

Em 2015, já na formatação da nova gestão, realizou-se a cobertura de (08) oito eventos. Nesta perspectiva, entre os mais relevantes encontram-se a inauguração das novas instalações da Agência de Fomento bem como o lançamento da linha de crédito **SINTAXI**, destinada aos taxistas de todos o Estado, que contou com a presença do Governador do

Estado, Marcelo Miranda. A participação na 7ª Semana do Micro empreendedor Individual, evento realizado pelo SEBRAE. Participou, também com um estande institucional na Agrotins - Feira Agropecuária do Tocantins 2015, parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário do Tocantins e a participação na Feira de Negócios de Palmas- FENEPALMAS 2015. Além de eventos realizados com o público interno da instituição (colaboradores) em comemorações alusivas ao ambiente organizacional.

4.3.2 Releases

Neste ano foram produzidos, publicados, e repercutidos um total de 18 releases. O material produzido foi veiculado, em jornal impresso, e sites de notícias do Estado, com o objetivo de gerar **agenda positiva** para a Instituição.

4.3.3 Mídia Externa:

Em 2015, foram publicados 18 releases em diversos sites de notícias, a exemplo do Portal T1 Notícias e do Portal Cleber Toledo, os dois canais de notícias da internet mais visitados do Tocantins, além de sites como O Girassol, O Progresso, Tribuna do Tocantins, Tocantins Digital, Vitrine do Tocantins, Surgiu, G1 Tocantins, Conexão Tocantins, Primeira Página, entre outros. Foram divulgados também, por meio do site da

Agência de Fomento, e da Secretaria de Comunicação do Estado, sendo assim repercutidos e reproduzidos pelos demais sites de notícias do Estado.

Em veículos televisivos, a Agência de Fomento, forneceu entrevistas ao Jornal do Meio Dia e Jornal da Noite da TVE Tocantins, com entrevista do Diretor Presidente falando sobre aspectos da inauguração das novas instalações da Instituição, bem como a respeito da linha de crédito destinada aos taxistas de todo o Estado - SINTAXI. Desta maneira, foram realizadas ações no sentido de promover a mídia espontânea para a Instituição, não havendo, portanto, a realização de campanha publicitária neste ano.

4.4 Prospecção e Oportunidades de Negócios

A Coordenação de Prospecção de Oportunidades de Negócios foi instituída em abril de 2015 e atuou na divulgação da Agência de Fomento para empreendedores do Estado, através de palestras e visitas realizadas nas diversas Cidades do Tocantins.

No ano de 2015 foram prospectados um total de 1.352 empreendedores, deste montante 514 mostraram interesse em contrair crédito, protocolando a documentação na Agência. Entretanto foram concretizados 112 negócios, através da formalização do crédito. Assim, por motivo de reprovação da análise ou desistência do empreendedor 402 propostas não transformaram-se em crédito.

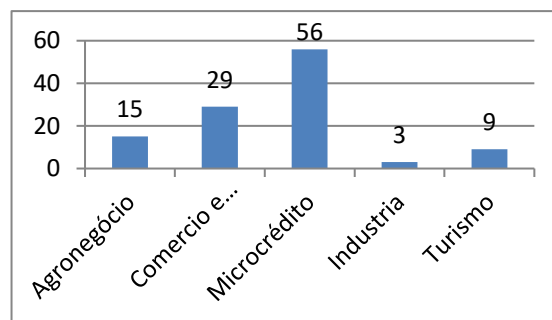
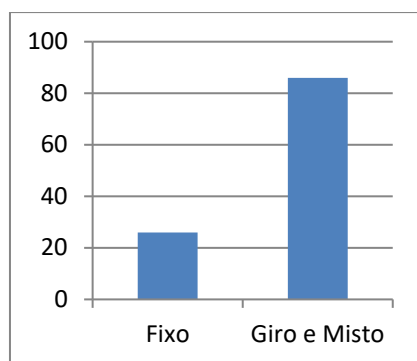
O ano de 2015 também foi marcado pelo lançamento de novos PROGRAMAS DE CRÉDITO, dentre eles o **SINTAXI**, destinado aos taxistas do Estado do Tocantins com prazos e taxas que facilitaram o atendimento à categoria. Na sequência foi implantado também o Programa **Fomento Cultura**, destinado ao incentivo da cultura no Estado, oferecendo também taxas e prazos diferenciados e, ainda, o Programa **Profissional Liberal**, com o objetivo de oferecer condições documentais para atender esse nicho de mercado.

O setor de prospecção juntamente com o cronograma de desenvolvimento do Estado e da Fomento, vem desenvolvendo métodos dinâmicos e inovadores para atender diversas categorias empreendedoras do Estado do Tocantins.

Linhas de Crédito Operadas	
Agronegócio	15
Comercio e Serviço	29
Microcrédito	56
Indústria	3
Turismo	9
Modalidades	
Fixo	26
Giro/Misto	86

Modalidade

Linhas de crédito



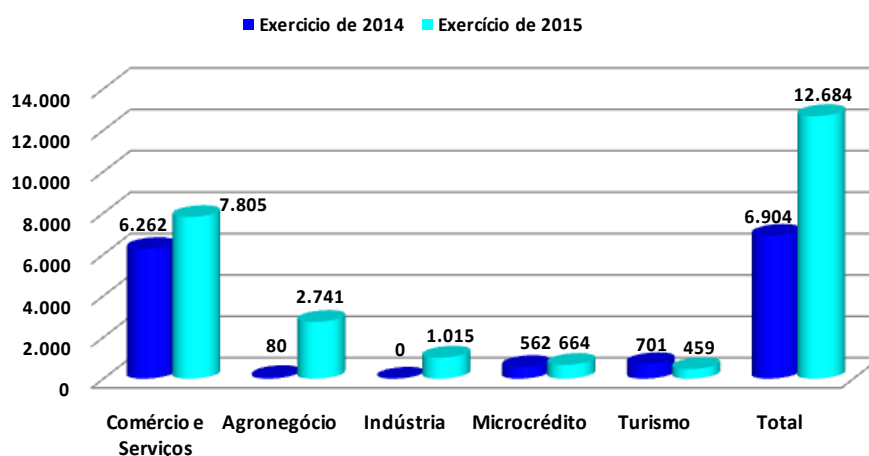
4.5 Análise de Crédito

• Operações de Crédito

No Exercício de 2015 a Agência de Fomento liberou um total de R\$ 12.684.480,34 em operações de crédito, distribuídos entre empréstimos e financiamentos, representando um crescimento de 83,72% com relação ao Exercício de 2014.

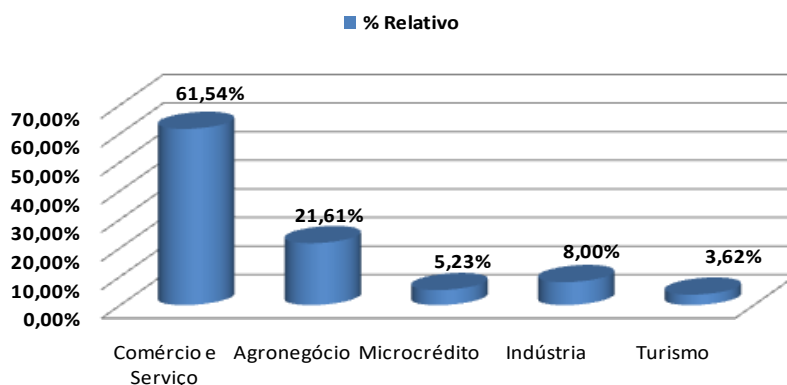
Alavancou R\$ 7.805.025,45 em operações de crédito na linha de Comércio e Serviços, beneficiando empresas do segmento de comércio e serviços, e representando um crescimento de 124,64%. Na linha de Agronegócio foi liberado um montante de R\$ 2.741.342,70, ao passo que no Exercício de 2014 houve apenas R\$ 80.000,00 em liberações nessa mesma linha de crédito. A indústria recebeu R\$ 1.015.186,00 em operações de crédito, o Microcrédito beneficiou empreendedores formais e informais, liberando R\$ 663.671,86 para esse segmento e o Turismo foi contemplado com R\$ 459.254,33:

Operações Contradas/Liberadas por Linha de Crédito (em R\$ mil)



O montante liberado no Exercício de 2015 registrou uma média de liberações de R\$ 113.254,29 por empreendedor. Do total de liberações, 61,54% foi destinado para a linha de Comércio e Serviços, 21,61% para o Agronegócio, 8% para a Indústria, 5,23% para o Microcrédito e 3,62% para o Turismo:

Liberações de Crédito / Linha de Crédito (%)



• Liberações de Crédito por Município

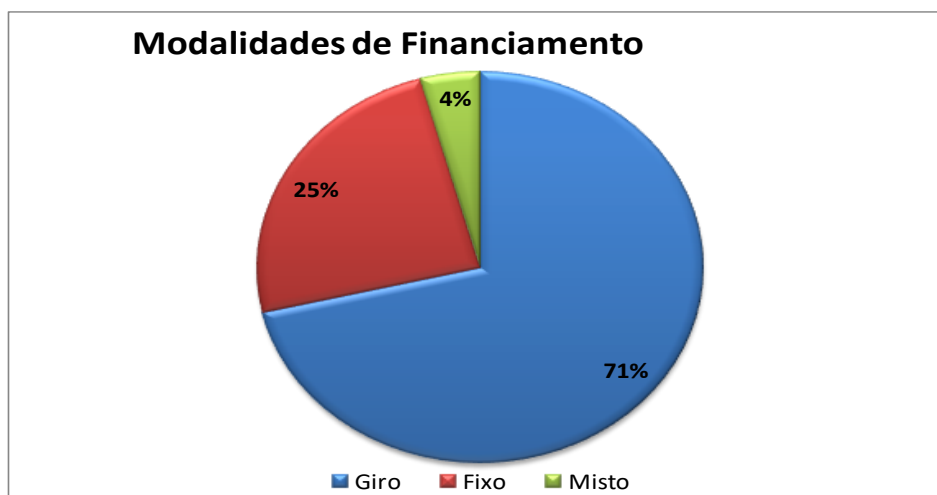
Foram atendidos micro, pequenos e médios empreendimentos em 26 municípios tocaninenses, com destaque para Palmas, que alavancou R\$ 9.727.151,64 em operações de crédito, correspondendo a 76,69% do montante liberado no Exercício de 2015, em seguida está o município de Tocantinópolis com R\$ 800.000,00, correspondendo a 6,31% do montante liberado, e em 3.º lugar se destaca o município de Conceição do Tocantins com 500.000,00 em crédito liberado nesse Exercício:

Vlr. em R\$

N.º	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	VLR LIBERADO	% REL
1	PALMAS	9.727.151,64	76,69%
2	TOCANTINÓPOLIS	800.000,00	6,30%
3	CONCEIÇÃO DO TO	500.000,00	3,94%
4	NATIVIDADE	368.342,70	2,90%
5	SILVANÓPOLIS	308.500,00	2,44%
6	DIANÓPOLIS	215.186,00	1,69%
7	CHAPADA DA NATIVIDADE	180.000,00	1,42%
8	BREJINHO DE NAZARÉ	100.000,00	0,79%
9	ARAGUAÍNA	85.000,00	0,67%
10	COLINAS DO TO	75.500,00	0,60%
11	PARAÍSO DO TO	40.000,00	0,31%
12	PORTO NACIONAL	40.000,00	0,31%
13	BARROLÂNDIA	30.000,00	0,24%
14	CRISTALÂNDIA	29.000,00	0,23%
15	COMBINADO	25.000,00	0,20%
16	MIRACEMA DO TOCANTINS	22.000,00	0,17%
17	DUERÉ	20.000,00	0,16%
18	SANTA TEREZA DO TO	20.000,00	0,16%
19	MIRANORTE	16.000,00	0,13%
20	MARIANÓPOLIS	15.000,00	0,12%
21	NOVA OLINDA	15.000,00	0,12%
22	GUARAI	12.000,00	0,09%
23	MONTE DO CARMO	11.500,00	0,09%
24	FORMOSO DO ARAGUAIA	11.300,00	0,09%
25	CENTENÁRIO	10.000,00	0,08%
26	CARIRI DO TOCANTINS	8.000,00	0,06%
TOTAL GERAL		12.684.480,34	100,00%

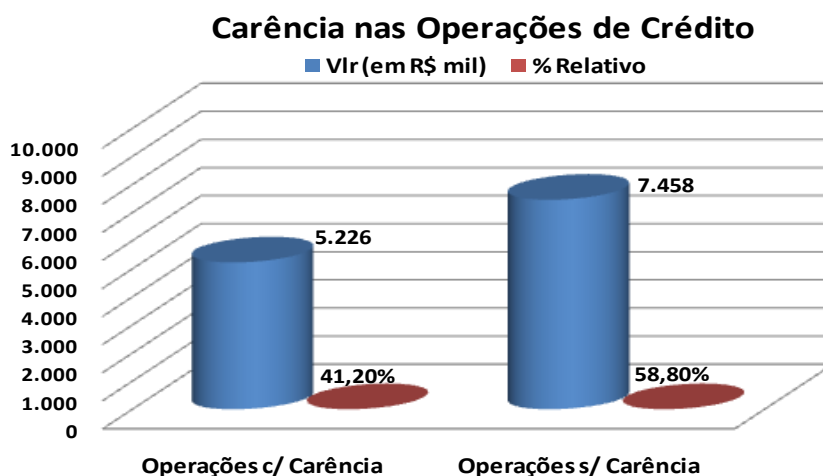
- **Modalidades de Financiamento**

Com relação à modalidade de financiamento, 71% das operações de crédito foram liberadas como capital de giro, 25% como investimento fixo e apenas 4% para o investimento misto, que é o capital de giro associado ao investimento fixo:



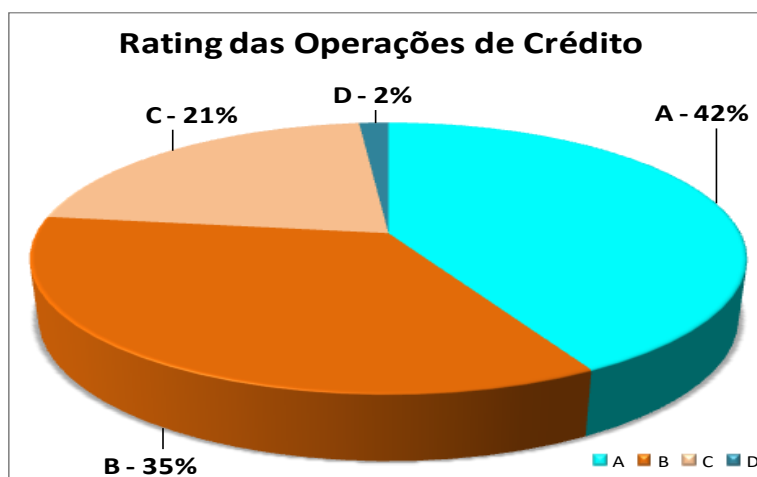
- **Taxa de Juros, Prazo e Carência nas Operações de Crédito**

Considerando todos os créditos liberados no Exercício de 2015, a taxa de juros média praticada foi de 2,06% a.m. e prazo médio de amortização das operações de crédito foi de 32 meses. Desse montante, R\$ 5.226.526,01 foram liberados com carência, distribuídos em 23 operações de crédito (média de R\$ 227.240,26 por operação), representando 41,20% do total liberado, ao passo que R\$ 7.457.954,33 foram liberados sem carência, distribuídos em 89 operações de crédito (média de R\$ 83.797,84 por operação), representando 58,80% do montante liberado e também proporcionando que o capital financeiro retorne mais rápido aos cofres da Instituição:



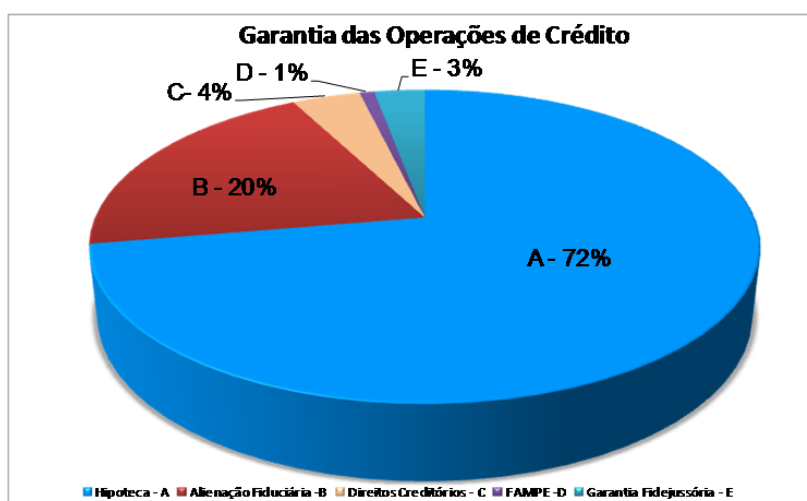
• Rating das Operações de Crédito

Ressaltamos que 77% das operações liberadas estão classificadas entre o nível de risco inicial **A e B**, 21% estão concentradas no nível de risco **C** e apenas 2% em **D**. Demonstrando, dessa forma, que a Instituição continua, através de rigorosos instrumentos de análise de crédito, liberando em sua maioria créditos com baixa provisão, baixo risco e com boa qualidade para compor sua Carteira Ativa:

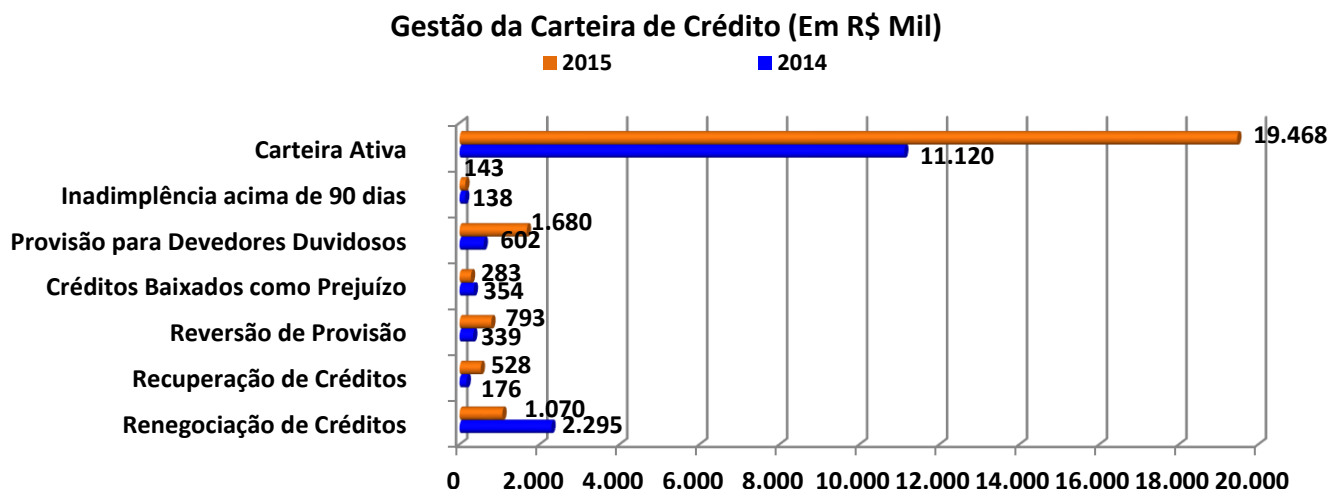


• Garantia das Operações de Crédito

Com relação ao tipo de garantia, 72% das operações de crédito estão lastreadas por hipoteca de imóveis urbanos e rurais, 20% em alienação fiduciária (considerando alienação fiduciária de imóveis e veículos), 4% em Direitos Creditórios (Notas de Empenho), 1% garantido pelo Fundo de Aval para as Micros e Pequenas Empresas - FAMPE e 3% em garantia fidejussória. Isso demonstra que 97% dos créditos liberados no Exercício de 2015 foram avalizados por garantias de melhor liquidez, com o reforço do aval dos sócios da empresa tomadora do crédito e de seus respectivos cônjuges, e que apenas 3% das operações de créditos estão contratadas apenas com garantia fidejussória (avais de terceiros).



4.6 Gestão de Crédito



No exercício de 2015 a Carteira Ativa (saldo de créditos a receber, excluindo os prejuízos) ficou em R\$ 19.468.406,45, superior aos R\$ 11.120.153,79 do exercício anterior, havendo um aumento de R\$ 8.348.252,66, representando um crescimento de 75,07%.

O saldo das parcelas vencidas há mais de 90 dias registrou R\$ 143.773,6 de inadimplência contra R\$ 138.008,27 de 2014, tendo um aumento de R\$ 5.762,33, alterando o índice de inadimplência de 1,24% para 0,74% da carteira ativa. Esta redução no índice de inadimplência se deve pelos seguintes fatores; aumento da Carteira Ativa, a migração dos créditos da carteira ativa para a Carteira de Créditos Baixados como prejuízo, como também de renegociações e de recebimentos de créditos inadimplentes da carteira Ativa.

A Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa fechou o exercício com R\$ 1.680.058,96 de provisão, correspondendo a um aumento de R\$ 1.078.030,96 com relação aos R\$ 602.028,00 provisionados em 2014, sendo 179,07% maior. Em alguns contratos alcançou-se êxito na cobrança por vias normais, quer seja no recebimento de parcelas vencidas ou renegociação de crédito. Em outros contratos não se obteve êxito nas cobranças por vias normais, os quais foram enviados à Coordenadoria Jurídica para mover ação de execução judicial, buscando o recebimento das dívidas por vias judiciais. Em caso de persistir a inadimplência por 360 a 540 dias, tais créditos serão baixados como prejuízo, elevando, conseqüentemente a carteira. Tal fato só se reverte em caso de pagamento parcial ou integral da dívida, ou o pagamento das parcelas de uma renegociação, ocorrendo então à reversão desta provisão.

Os Créditos Baixados como Prejuízo registraram um total de R\$ 283.787,10 contra R\$ 353.894,78 baixados no exercício anterior, representando uma redução de 19,81%. Estes créditos só se recuperam em caso de pagamento parcial ou integral da dívida, ou o pagamento das parcelas de uma renegociação. São créditos de baixo sucesso nos recebimentos por se tratarem de créditos problemáticos e vencidos a mais de 365 dias, o que motiva esforços na cobrança judicial para tentar reaver tais valores.

A Reversão das Operações de Crédito somou R\$ 793.301,39, superior em R\$ 454.309,44 com relação ao exercício de 2014, que registrou uma reversão de R\$ 338.991,95, sendo 134,02% maior. Este resultado positivo decorre de recebimentos de créditos que estavam totalmente provisionados, sem perspectivas

de recebimento em curto prazo e que a Gestão de Crédito conseguiu reverter tal situação, recebendo os valores e aumentando, conseqüentemente, a reversão deste período e reduzindo o saldo das provisões em carteira.

A Recuperação dos Créditos Baixados como Prejuízo foi de R\$ 528.746,68, superior em R\$ 353.107,29 com relação ao exercício anterior, que registrou uma recuperação de R\$ 175.639,39, sendo 201,04% maior. Resultado positivo, pois estes valores recuperados entram como receita para instituição se tornando uma boa fonte de recursos para prospecção de novos negócios.

As Renegociações registraram R\$ 1.070.535,00, ao passo que em 2014 foram 2.294.946,73 de créditos renegociados, sendo 53,35% menor.

Desta forma, conclui-se que a Carteira Ativa e as Carteiras de Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo e de Reversão de Provisão, tiveram melhores desempenhos no exercício de 2015, desta forma os índices da Gestão de Crédito obtiveram melhores resultados no referido exercício.

4.7 Ações de Cobranças Judiciais

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A, no exercício regular de seu direito de credora e buscando a satisfação dos financiamentos inadimplidos através de expedientes judiciais cabíveis, atingiu no ano de 2015 o total de 67 (sessenta e sete), descartando as demandas efetivamente arquivadas (em razão de liquidação espontânea, da procedência ou improcedência da ação, etc.) encontram – se em curso 55 (cinquenta e cinco) ações

Ademais, frise-se que a conciliação é sempre proposta aos clientes através de acordo extrajudicial das dividas, independentemente da fase processual em que se acha a demanda, respeitando os direitos e interesses da instituição, bem como, as regras e condições regentes do ato.

Esse é o breve relatório das contingências ativas em tramitação até a data 31 de dezembro de 2015.

4.8 Desempenho Econômico-Financeiro

• Receitas

As Receitas do exercício totalizaram R\$ 5.846.033,03, o resultado líquido acumulado do exercício de 2015 alcançou um prejuízo de R\$ 899.866,56, o que representa uma redução de 533% em relação ao mesmo período do ano anterior, salientando que o resultado foi impactado pelo aumento de 290% das despesas de Provisão para créditos de liquidação duvidosa, de pessoal e de despesas administrativas, sendo que estas despesas estão relacionadas aos esforços da instituição para ampliar o volume de negócios, para atender aos empreendedores de micro, pequeno e médio porte, em toda a região do Estado. E para isso foi necessário estruturar e ampliar o quadro de pessoal, assim como a nova instalação da Instituição. Desenvolver campanhas para divulgar a marca e as linhas de crédito antigas e novas.

No entanto, estamos crescendo consistentemente a carteira de crédito total da Instituição, que passou de R\$ 13.524.199,83, registrados no exercício de 2014, para R\$ 19.468.406,45 em dezembro de 2015, o que representa um aumento de 44%. Comparando-se o avanço da carteira de crédito em um período mais longo, em relação ao exercício de 2010, por exemplo, verifica-se que o aumento da carteira total da Agência de Fomento foi de 153% em cinco anos. Mesmo com essa evolução operacional no setor

privado, a receita associada a essas operações de crédito não gera resultados econômicos significativos no curto prazo para a instituição, porém gerou ganho imediato para a população através de novos postos de trabalho. Esses resultados são esperados a médio ou longo prazo, quando do retorno dessa carteira. Devemos considerar ainda que a Agência de Fomento, atendendo sua missão como instituição financeira de desenvolvimento, opera com taxas de juros reduzidas, comparativamente ao mercado financeiro, o que resulta em baixo spread nas operações.

- **Despesas**

As Despesas totais no exercício de 2015 somaram R\$ 6.745.899,59, representando um aumento de 72% em relação ao montante das despesas realizadas no exercício de 2014, quando estas representavam R\$ 3.927.669,88. Entretanto cabe mencionar que este aumento se deve a instalação da no Sede, a provisão para operações de crédito e a despesa com pessoal:

- ✓ Nova Sede – tendo em vista a necessidade de oferecer melhores condições de atendimento aos clientes e de trabalho aos colaboradores, a nova Gestão envidou esforços no sentido de instituir uma no Sede à Agência de Fomento, a qual fosse condizente com as necessidades apresentadas;
- ✓ Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa – esta teve um acréscimo de R\$ 1.078.030,96 em 31/12/2015, representado 179% em relação ao mesmo período anterior. Essas provisões foram constituídas para absorver prováveis perdas, de acordo com a Resolução CMN nº. 2.682/99;
- ✓ Despesas com pessoal – esta foi impactada pela revisão salarial dos colaboradores, a qual não sofria reajuste desde a implementação do quadro e também pela necessidade de contratação de novos colaboradores, com vistas a ampliar a atuação Agência no interior do Estado, visando com isso atender à estratégia de qualificação do quadro e expansão das atividades.

- **Resultado**

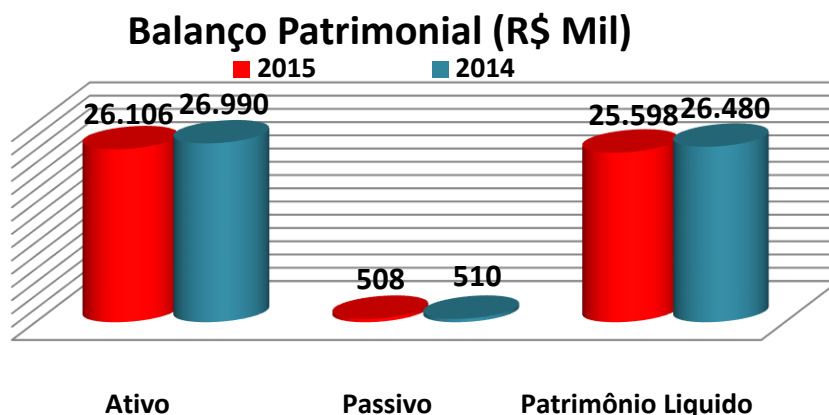
Assim, o resultado do exercício de 2015 foi um prejuízo de R\$ 899.866,56, impactado, principalmente, pelo acréscimo da constituição da Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa, reestruturação e melhorias no quadro de funcionários e a redução dos rendimentos da aplicação em Títulos e Valores Mobiliários.

- **Perspectiva Patrimonial**

O Ativo da Agência de Fomento apresentou um saldo de R\$ 26.105.723,99, registrando uma redução de R\$ 884.331,84. Os seus principais componentes são a carteira ativa de operações de crédito com um montante de R\$ 19.468.406,45, correspondente a 75%, e aplicações financeiras em Títulos Públicos Federais no valor de R\$ 6.666.799,27, equivalentes a 26%.

O Patrimônio Líquido do exercício de 2015 finalizou com o saldo de R\$ 26.480.240,51, distribuído em R\$ 26.823.127,62 de Capital Social subscrito, R\$ 26.788.847,14 Capital Social integralizado, R\$ 152.803,92 de Reserva Legal e R\$ 899.866,56 de prejuízo acumulado. Já o passivo circulante somou R\$ 508.209,80, sendo que 17% corresponderam às obrigações por empréstimos e repasse do BNDES, que totalizam R\$

87.277,90 e R\$ 420.931,90 são outras obrigações como funcionários, impostos sobre os lucros e fornecedores.



- Qualidade dos Ativos de Crédito**

Quanto aos demais financiamentos observa-se que 87% da carteira ativa esta concentrada entre os níveis de risco “A”, “B” e “C”, respectivamente, “muito baixo”, “baixo” e “moderado”, onde 47% estão no nível “A”; 29% no nível “B”, 11% no nível “C” e os 13% restantes estão distribuídos nos demais níveis de risco. Diante da situação apresentada cabe considerar a qualidade da carteira, os critérios de análise, bem como uma gestão adequada do crédito.

- Aplicações Financeiras**

As Aplicações Financeiras do exercício de 2015 seguiram a política de investimentos da Instituição, produzindo receitas no valor de R\$ 1.488.996,85, alcançando no exercício uma rentabilidade equivalente a 98,31% do CDI. Ao final do exercício, o saldo das aplicações alcançou o valor de R\$ 6.666.799,27, estando R\$ 6.406.542,27 aplicados em Fundos de Investimento e R\$ 260.257,00 em Títulos de Renda Fixa (LFT), deste valor R\$ 3.587.751,49 destinam-se a atender reservas obrigatórias estabelecidas pelo BACEN, visando a cobertura de riscos, assim, sendo que o restante é o valor necessário para fazer frente às despesas administrativas da empresa e alavancagens de negócios em empréstimos e financiamentos da Instituição.

QUADRO 11 – Receitas Orçadas x Realizadas

Descrição das Receitas	Previsto	Realizado	Diferença	% de Execução
Títulos e Valores Mobiliarios	1.884.072,36	1.488.996,85	395.075,51	79%
Aplicação Fundo de Investimento	1.859.694,38	1.458.987,46	400.706,92	78%
Aplicação LFT - Letras Financeiros do Tesouro	24.377,98	30.009,39	(5.631,41)	123%

Operações de Credito	3.374.918,19	4.299.071,22	(924.153,03)	127%
Operações de Credito	2.654.837,74	2.875.434,60	(220.596,86)	108%
Serviços	61.750,80	101.588,55	(39.837,75)	165%
Recuperação de Credito Baixado como Prejuizo	324.165,02	528.746,68	(204.581,66)	163%
Reversão de Provisão de Oper. de Crédito	334.164,63	793.301,39	(459.136,76)	237%
Outras Receitas Operacionais	8.400,00	19.964,96	(11.564,96)	238%
Recuperação de Outras despesas	4.800,00	2.241,03	2.558,97	47%
Outras Receitas Operacionais	3.600,00	17.723,93	(14.123,93)	492%
Outras Receitas Não-Operacionais	-	38.000,00	(38.000,00)	100%
Outros Ganhos de Capital	-	38.000,00	(38.000,00)	100%
Total	5.267.390,55	5.846.033,03	(578.642,48)	111%

QUADRO 12 – Despesas Orçadas x Realizadas

Descrição das Despesas	Previsto	Realizado	Diferença	% de Execução
Despesas de Repasses - BNDES	-	8.367,16	(8.367,16)	100%
Água/Energia/Gás	65.450,00	78.156,92	(12.706,92)	119%
Aluguel	302.068,74	222.062,20	80.006,54	74%
Comunicações	107.240,00	80.047,60	27.192,40	75%
Honorários - Diretoria e Conselho	591.560,00	275.323,82	316.236,18	47%
Proventos - Administrativo	1.221.300,00	1.176.409,23	44.890,77	96%
Férias e 13º salário - Diretoria	113.366,74	54.211,09	59.155,65	48%
Férias e 13º salário - Administrativo	247.474,96	220.138,65	27.336,31	89%
Encargos Sociais (FGTS, INSS) - Diretoria e Conselho Fiscal	300.820,22	109.723,16	191.097,06	36%
Encargos Sociais (FGTS, INSS) - Administrativo	489.504,60	453.890,27	35.614,33	93%

Encargos Sociais (FGTS, INSS) - Sobre Diárias	-	9.043,54	(9.043,54)	100%
Previdência Social - Compensação do Salário Maternidade	-	(37.094,17)	37.094,17	100%
Previdência Social - Sobre Prestação de Serviços Terceiros	-	225,00	(225,00)	100%
Idenizações Pagas na Rescisão	-	113.131,26	(113.131,26)	100%
Tiket de Alimentação	488.859,00	454.233,34	34.625,66	93%
Manutenção e Conservação de Bens	82.666,32	313.068,61	(230.402,29)	379%
Despesa de Material	10.800,00	20.059,74	(9.259,74)	186%
Treinamento de Pessoal	59.561,25	9.470,00	50.091,25	16%
Processamentos de Dados	404.000,00	403.546,78	453,22	100%
Despesas de Promoções e Relações Públicas	16.460,00	41.272,13	(24.812,13)	251%
Despesas de Propaganda e Publicidade	-	43.500,00	(43.500,00)	100%
Despesas de Publicações Legais	92.680,00	123.658,53	(30.978,53)	133%
Despesa de Seguro	8.010,92	6.371,50	1.639,42	80%
Despesas Serviços Sistema Financeiro	43.200,00	58.446,17	(15.246,17)	135%
Serviços de Terceiros	-	10.079,19	(10.079,19)	100%
Serviços de Vigilância e Segurança	6.376,00	5.130,17	1.245,83	80%
Serviços Técnicos Especializados	46.800,00	110.778,96	(63.978,96)	237%
Despesas de Transportes	32.960,94	32.096,36	864,58	97%
Taxa Federal, Estadual e Municipal	4.208,00	7.485,72	(3.277,72)	178%
Despesas com Viagens no País	176.400,00	251.952,80	(75.552,80)	143%
Outras Despesas Administrativas	17.242,00	57.694,38	(40.452,38)	335%
Despesas de Amortização	8.688,00	8.688,20	(0,20)	100%
Despesas de Depreciações	66.000,00	85.692,08	(19.692,08)	130%
Despesas de Provisões para Devedores duvidosos	547.020,80	1.680.058,96	(1.133.038,16)	307%

Despesa de Impostos (ISS, COFINS, PIS, IRPJ, CSLL)	383.251,53	213.701,89	169.549,64	56%
Serviços de Consulta SPC e Serasa	18.000,00	30.995,33	(12.995,33)	172%
Serviços Relacionados ao Sistema Nacional de Gravame	-	1.199,69	(1.199,69)	100%
Outras Despesas Operacionais	3.600,00	13.083,33	(9.483,33)	363%
Total	5.955.570,02	6.745.899,59	(790.329,57)	113,27%

QUADRO 13 – Investimentos Orçados x Realizados

Descrição dos Investimentos	Previsto	Realizado	Diferença	% de Execução
Instalações	-	350.362,36	(350.362,36)	100%
Móveis e Equipamentos de Uso	94.000,00	185.957,19	(91.957,19)	198%
Equipamentos de Comunicação	-	25.198,00	(25.198,00)	100%
Sistema de Processamento de Dados	978.000,00	43.965,01	934.034,99	4%
Total	1.072.000,00	605.482,56	466.517,44	56%

4.9 Gestão de Riscos e Compliance

• Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

A Agência de Fomento possui política de riscos e controles internos, a qual trata dos modelos de gerenciamento de riscos operacionais, de mercado, de liquidez e de crédito adotados pela Agência de Fomento, tudo em conformidade com as Resoluções do CMN nº 2.554/1998, 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 4.090/2012 e normas complementares.

• Gerenciamento de Capital

A Agência de Fomento implantou a Política de Gerenciamento de Capital, a qual traz a forma de atuação quanto as metas e projeções de capital, a política de distribuição do capital, e as principais fontes de capital da Agência de Fomento, bem como sua estrutura, em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3.988/2011 e com suas respectivas atualizações e normas complementares.

- **Cultura de Riscos e Controles na Instituição**

Com os critérios mais técnicos e aproximando da realidade de cada empreendimento, a Instituição manteve-se dentro da normalidade com suas liberações de crédito e seus controles. Ocorreu também a priorização quanto aos controles nos processos administrativos, bem como, os processos operacionais, de forma a garantir mais segurança.

Assim sendo, a Auditoria Interna atuou na aferição da qualidade dos serviços dessa Coordenadoria de Riscos, bem como na emissão de relatórios trimestrais quanto a sua atuação.

- **Controles e Monitoramento**

A Coordenadoria de Riscos e Compliance, atuou no exercício de 2015 com o acompanhamento preventivo adotando a metodologia CSA, ou seja, Auto-avaliação de controles.

Atuou também com o realinhamento da Política de Responsabilidade Socioambiental da Agência de Fomento, com os requisitos de uma gestão Socioambiental a fim de incentivar e proporcionar o financiamento de negócios sustentáveis, que estejam em consonância com as políticas de governo.

- **Prevenção a Fraudes e Crimes de Lavagem de Dinheiro – PLD**

A instituição adota ainda procedimentos de “pré-crédito” para conhecimento do empreendimento solicitante do crédito e de “pós-crédito” que visa certificar a aplicação dos recursos na finalidade pleiteada. Não foi identificado nenhum ato que se enquadre como Lavagem de Dinheiro no exercício em questão, identificando que a Instituição esta cumprindo com seu papel de fiscalização no ato da contratação de suas operações de crédito.

4.10 Ouvidoria

No exercício de 2015, houve 08 ligações pelo DDG 0800 e 03 E-mail. Assim sendo, no período compreendido de 01/01/2015 a 31/12/2015, **não houve registro de demandas de Ouvidoria.**

Verificou-se que a Agência de Fomento cumpriu com o exigido pelo órgão fiscalizador, divulgando nos impressos da Instituição e nas peças publicitárias o canal de Ouvidoria.

4.11 Auditoria Independente

As atividades da Auditoria Independente foram realizadas pela empresa CASS AUDITORES E CONSULTORES S/S, observando as normas de auditoria aplicáveis e as exigências do Banco Central do Brasil, em conformidade com a Resolução do **CMN n.º 3.198/2004**, sendo emitido **sem ressalva** o parecer de auditoria, atestando que a Agência de Fomento apresentou adequadamente, em todos os aspectos a sua posição patrimonial e financeira.

4.12 Auditoria Interna

A auditoria interna vem cumprindo o que foi determinando no seu Plano de Atividades para o exercício, que tem por finalidade principal averiguar aplicação das normas e procedimentos nos processos de crédito e de despesas administrativas. A Auditoria Interna da Instituição tem sob foco, verificar se todos os requisitos necessários à regularidade e eficácia dos atos administrativos foram observados. Em geral, os processos avaliados estão em consonância com o recomendado pela legislação pertinente e normativa

interna. As não conformidades verificadas algumas foram registradas e outras direcionadas aos setores competentes para regularização, e as mesmas foram acatadas e solucionadas em tempo hábil.

- **Fiscal de Contrato**

No intuito de avaliar os controles internos mantidos pelos fiscais de contratos no que determina o art. 67 da Lei 8.666/93 no que tange as obrigações contratuais das empresas prestadoras de serviços bem como na qualidade dos serviços prestados, constatamos que os mesmos vêm cumprindo com suas obrigações a contento.

Nos casos em que algum contratado não desempenha suas obrigações conforme reza as cláusulas contratuais, as cobranças estão sendo feitas através de contato telefônico, e-mail ou mesmo como foi adotado pela Coordenação de Tecnologia da Informação que formalizou junto à contratada - SSPNET Comércio de Equipamentos de Teleinformática Ltda-ME prestadora dos serviços de Internet Empresarial Fixa notificação junto ao contrato nº 028/2015 solicitando melhorias no fornecimento dos serviços contratados. A empresa após notificação tomou providências e se comprometeu na regularização dos serviços, conforme demonstrado as fls. 99 a 108 do processo nº 089/2015.

O objetivo da presente atividade de auditoria teve por objetivo aferir e avaliar as condições dos controles administrativos internos na área de gestão de contratos terceirizados, bem como nos contratos de locação de espaço físico e prestação de serviços.

Algumas questões-chave foram analisadas, as quais foram atribuídas o status de objetivos específicos, quais sejam: a) Examinar a execução e o acompanhamento contratual de serviços continuados e de locação de espaço físico; b) Verificar os procedimentos adotados pelo fiscal do contrato, antes de atestar a nota fiscal de prestação dos serviços; c) Verificar o pagamento das obrigações sociais e trabalhistas nos contratos terceirizados (INSS, FGTS, Salários, etc).

- **Atualização do SICAP-LO**

Por determinação da Instrução Normativa - TCE/TO Nº 10 de 11 de dezembro de 2008, Que Institui e Regulamenta o SICAP-LO, Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública – Licitações e Obras, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e dispõe sobre a remessa de dados de Procedimento Licitatórios e informações sobre as obras e serviços de engenharia por meio eletrônico com a assinatura digital, pelos órgãos da administração direta e *indireta* do Estado e Municípios.

Após regularização da assinatura digital que tem o gerente administrativo como titular da assinatura, a auditoria interna prestou assessoramento ao Setor responsável pela emissão dos dados, para que fosse feita atualização dos lançamentos de todos os dados dos processos em atraso, que correspondiam praticamente todos os processos do exercício anterior e todos do exercício em curso. Este procedimento terá que ser feito continuamente, sempre que houver despesas caracterizadas pela Instrução Normativa, e será sempre que necessária acompanhada pela Unidade de Auditoria Interna no cumprimento da norma. (...)

Art. 2º - A administração direta, autárquica, fundacional, fundos especiais, empresas públicas, **sociedades de economia mista** e toda e quaisquer entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado e Municípios, como também os dirigentes dos demais Poderes, do Ministério Público e TCE, informarão obrigatoriamente, por meio eletrônico, no Sistema denominado SICAP-LO, **as licitações que serão realizadas**, os casos de **dispensa e inexigibilidade**, **os dados do contrato**, bem como, a situação física e financeira das obras contratadas, paralisadas e em andamento, de acordo com o estabelecido nesta Instrução.

- **Programa de Trabalho 2015/2016.**

A Diretoria Executiva apresentou em 08 de abril de 2015 ao Conselho de Administração da Agência o “Programa de Trabalho 2015/2016”, que instituiu entre outras ações/metasp financiamento de projetos de desenvolvimento econômico-social nas áreas de sua influencia, e resultados esperados para os exercícios 2015 e 2016 entre outras metas:

(...)

k) Dívidas recuperadas no valor de R\$ 400,0 mil.

Com vistas ao cumprimento destas metas, consta do Processo nº 011/2016 que trata de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária, que tem como autor do processo a Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A. Na execução de recuperação de bens adquiridos com o crédito.

Entre outras Cláusulas da Cédula de Crédito Bancário no item 7.3 informa:

Os bens adquiridos com o crédito ficam alienados fiduciariamente e fazem parte integrante da garantia, feita a respectiva averbação.

Fazendo cumprir o que determina as normas internas no cumprimento de recuperação do crédito, a alta administração da Fomento vem buscando recuperar estes créditos.

Relação dos bens primeiros bens apreendidos de credores e que farão parte do próximo Leilão Oficial da Secretaria de Estado da Fazenda, conforme conversa recente entre a Gerência Administrativa, Auditoria Interna e leiloeiro da SEFAZ-TO.

Relação de bens apreendidos com os respectivos valores liberados e saldos devedores até meados do mês de março do corrente exercício.

Itens	Descrição do Bem	Valor liberado	Vr. Pago na operação	Sld. devedor Prin. em aberto s/ juros	Sld. devedor c/ juros	Sld.devedor juros + encargos
01	Caminhão Baú Volkswagen 8.150 Delivery, ano/modelo 2010/2010, cor branca, placa MWP 2208;	105.000,00				
02	Caminhão Volkswagen 5.140 Delivery, ano/modelo 2010/2010, cor branca, placa MWP 2198;	90.000,00	Nos 3 itens 151.511,47	Nos 3 itens 55.988,53	Nos 3 itens 99.683,17	Nos 3 itens 132.135,82
03	Baú Carga Seca 5.34	12.500,00 207.500,00				
04	Motocicleta marca Yamaha YS 150 Fazer Sed, ano/modelo 2013/2014, cor azul, placa OLM 4598;	10.000,00	5.941,15	4.058,85	7.674,48	8.841,37
05	Motocicleta YBR 125 K1, ano 2013/2014, marca Yamaha, cor vermelha, placa OYB 2198 chassi 9CKE1950E0005801;	10.000,00	8.113,81	1.886,19	5.401,48	6.235,00

Já o processo nº 098/2015 – Baixa do veículo L200 – Outdoor ano/modelo 2011/2012.

Trata de baixa patrimonial do veículo tipo Pick-up 04 portas, motor 2.5 a diésel, injeção eletrônica, na cor preta, 05 marchas, direção hidráulica, freio abs, 02 airbags frontais, com capacidade para 05 lugares, marca Mitsubishi, modelo L200 Outdoor, ano/modelo 2011/2012, com 121 cv, chassi 93XHINK740CCB82793, Placa MXD 0957, o referido veículo foi adquirido em 13/09/2011 e teve sua baixa patrimonial em 11/12/2015, o bem foi disponibilizado no leilão da Secretaria da Fazenda realizado em 22/11/2015, e foi vendida no leilão pelo valor R\$ 38.000,00 trinta e oito mil reais) crédito disponibilizado na conta corrente da Agência em 11/12/2015.

• Conclusão

Em face das análises realizadas, concluímos que no que tange ao cumprimento da legislação e a observância dos requisitos legais de formalização dos processos o departamento da Gerência Administrativa e área de crédito da Fomento vem observando e aplicando a legislação, buscando junto ao Controle Interno e Auditoria Interna os procedimentos formais na formação do processo administrativo e de liberação do crédito.

Na oportunidade, lembramos que a Auditoria Interna tem por missão zelar pela boa e regular aplicação dos recursos e prestar assessoramento à gestão, acompanhando,

Orientando e avaliando os atos e fatos administrativos, tendo em vista a eficiência, a eficácia, a efetividade e o cumprimento da legislação pertinente. Quando necessário, fazendo recomendações ao setor competente, apontadas em nossos relatórios, e acompanhando junto ao setor o cumprimento das mesmas.

4.13 Planejamento, Normas e Produtos

• Parcerias

a) Estado do Tocantins

A Agência firmou um Termo de Cooperação Técnica com o Governo do Estado, que tem como objetivo o intercâmbio do conhecimento específico necessário e suficiente a possibilitar aos partícipes a experiência avançada do exercício das atribuições institucionais da competência de cada um, do qual inclui a cessão de pessoal especializado e de apoio técnico, dentre outros.

b) Secretaria de Planejamento - SEPLAN

Também deu sequência ao Termo de Compromisso, com a Secretaria de Planejamento do Estado - SEPLAN, para reger o funcionamento do serviço de atendimento ao cidadão “**É pra Já**”, nas unidades de Araguaína e Gurupi. O mencionado termo tem por objeto implementar ações conjuntas voltadas para a operacionalização e administração do atendimento de crédito à população.

c) Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas -SEBRAE

- 1- A Agência de Fomento renovou o convênio de apoio técnico com o SEBRAE, o qual tem como objetivo estabelecer o compromisso de proporcionar às MPE's um instrumento facilitador de seu

acesso ao crédito, utilizando-se, de um lado, das linhas de crédito disponibilizadas pela Agência e de outro, da concessão de garantia complementar, na forma do Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (**FAMPE**).

- 2- Apoio nas ações de visitas ao projeto “Atuação no Interior” para divulgação dos produtos da Agência de Fomento .

d) Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura

A Agência continuou fazendo parte do Fórum Estadual das Micro e Pequenas Empresas- **FEMEP** em dois comitês temáticos, Investimento e Financiamento e Tecnologia e Inovação; do projeto Apoio a Arranjos Produtivos no Estado do Tocantins- **APL** e do projeto Temporada Praia, realizado anualmente no período de praia, todos sob a coordenação dessa Pasta

e) Secretaria do Trabalho e Assistência Social - SETAS

Também é membro do Conselho Estadual de Economia Solidária **CEES** sob a coordenação da Secretaria de Estado do Trabalho e Assistência Social - Setas.

• Ações

A Agência de Fomento deu continuidade às ações de estratégia de visitas aos 139 municípios do Estado por meio do projeto “Atuação no Interior” com o objetivo de pulverizar o crédito para todos os municípios do Estado.

Em 2015, a Agência de Fomento, em sua “Atuação no Interior” visitou 30 (trinta) novos municípios, com atendimentos e palestras e recebeu pedidos de retorno em mais 07 (sete) municípios visitados anteriormente. A meta para visita em 2015 era de 42 novos municípios, assim, foram alcançadas 71,4% das metas propostas para o período de janeiro a dezembro.

Cabe mencionar, entretanto, que as metas não foram cumpridas totalmente devido a fatores internos e externos, inerentes as atividades da Agência, as quais afetaram de alguma forma o andamento das ações e, consequentemente, comprometeram em 28,6% o resultado final das metas estabelecidas no período, os quais destacam-se:

- a) período de transição dos novos gestores;
- b) implementação da nova estrutura física com a reforma do novo prédio que demandou uma considerável alocação de recursos;
- c) contenção de gastos com viagens (diárias e combustíveis);
- d) mudança de endereço da Instituição; e,
- e) adequações operacionais.

Cabe ressaltar porém, que embora esses fatores adversos, foram atendidos, aproximadamente, 1.352 empreendedores entre palestras e atendimentos individualizados *in loco*, dos quais foram obtidos, no período, 97 novos créditos, resultado de ações semelhantes realizadas anteriormente, os quais totalizaram um investimento de R\$ 7.311.470,64 no mercado.

Para viabilizar e alcançar os objetivos propostos foi necessário a reunião de esforços com os parceiros no sentido de articular as pessoas nos municípios e disponibilizar espaços para os eventos em parceria com o Sebrae, Prefeituras, Secretarias de Estado, Associações, Sindicatos, Cooperativas e outras entidades que se dispuseram a colaborar com foco no desenvolvimento local. Os Agentes de Desenvolvimento local tem sido um instrumento de fundamental importância para a realização das ações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Agência de Fomento está pautada no tripé do Desenvolvimento Econômico, Responsabilidade Social e Consciência Ambiental. Assim, a Instituição se mantém firme no propósito de efetivar sua missão de financiar projetos que favoreçam o desenvolvimento sustentável do Tocantins.

Com os recursos próprios e as parcerias firmadas, a Agência deu continuidade ao cumprimento de seu papel de agente fomentador do desenvolvimento e pontuou um novo panorama no cenário do Fomento do Estado, com o financiamento de projetos nos setores agropecuário, comercial, industrial e de serviços, contemplando as micro, pequenas e médias empresas tocaninenses.

Assim, o sucesso da Agência de Fomento está ligado à sua capacidade crescente de alavancar novos empreendimentos, de financiar novos projetos e, principalmente, de manter os que já existem, formando um círculo virtuoso, no qual, cada vez mais, o retorno dos financiamentos concedidos possa ser utilizado como fonte de crédito para novos projetos.

Em fim, o ambiente operacional da Agência está hoje pontuado por desafios, cabendo aos seus gestores e colaboradores cuidar para que esta multiplicidade intrincada de variáveis possa ser adequadamente monitorada e colocada a serviço da otimização dos recursos, objetivando sempre o cumprimento de sua missão institucional em prol do desenvolvimento do Estado.

Palmas - TO, 11 de abril de 2016.

JOSÉ DOS SANTOS FREIRE JÚNIOR
Diretor-Presidente

MAURILIO RICARDO ARAUJO DE LIMA
Diretor Operacional/
Diretor Administrativo-Financeiro em Exercício